

Concorrência e Tributação

Coleção Biblioteca de Direito e Economia

Vinicius Marques de Carvalho, Marcela

Mattiuzzo, Flávio Marques Prol e Amanda Lopes Langanke

Concorrência e Tributação

**Vinicius Marques de Carvalho, Marcela Mattiuzzo,
Flávio Marques Prol e Amanda Lopes Langanke**

1ª Edição - Copyright© 2019 CEDES
Todos os Direitos Reservados.

Editor: CEDES
Centro de Estudos de Direito Econômico e Social
Diagramação: Diego de Andrade
Capa e Projeto Gráfico: Diego de Andrade

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Elaborado por: CEDES

de Carvalho, Vinicius Marques; Mattiuzzo, Marcela; Prol, Flávio Marques;
Langanke, Amanda Lopes

Concorrência e Tributação. São Paulo: 1ª ed., 2019, 268 p.,
23 cm.

ISBN: 978-85-54242-11-4

1. Direito e Economia 2. Concorrência 3. Tributação I. Título.
II. Autor

CDD: 340

CDU: 34.346 (1.ed)

CEDES

Centro de Estudos de Direito Econômico e Social

Fone: (11) 2309-2279

Av. Nove de Julho, 4559

01407-100 – São Paulo, SP

www.cedes.org.br



Sumário

Prefácio	23
1. Análise crítica da Jurisprudência do Cade	29
1.1. Benefícios fiscais como fator de vantagem competitiva	33
1.1.1. A imunidade tributária do Sesi	34
1.1.2. A imunidade tributária do Senac	48
1.1.3. Os benefícios fiscais de cooperativas	51
1.1.4. Conclusão	61
1.2. Sonegação fiscal como fator de vantagem competitiva	64
1.2.1. A denúncia contra a Smarja	64
1.2.2. A denúncia contra a Cerpasa	72
1.2.3. A denúncia contra empresas atuantes no mercado de tubos com costura de aço de carbono	75
1.2.4. A denúncia contra SYL Industrial Ltda.	80
1.2.5. A denúncia contra Funderg Hipper Freios Ltda. e outros	88
1.2.6. A denúncia contra a Têxtil J. Serrano Ltda.	97
1.2.7. Conclusão	101

1.3. Outras práticas tributárias como fator de vantagem competitiva	103
1.3.1. Classificação fiscal diferenciada na importação	104
1.3.2. Benefícios previstos por acordos internacionais	108
1.3.3. Subsídios estatais, crimes tributários e outras práticas fiscais	112
1.4. Efeitos anticoncorrenciais de incentivos fiscais e da guerra fiscal	115
1.4.1. Consulta nº 0038/99: efeitos anticoncorrenciais da Guerra Fiscal	116
1.4.2. Consulta nº 08700.002380/2006-35: efeitos anticoncorrenciais dos incentivos fiscais	119
1.4.3. Procedimento Administrativo nº 08700.003984/2010-85: efeitos anticoncorrenciais dos atos normativo-reguladores na indústria de cigarros	123
1.4.4. A denúncia contra a Universidade Federal do Espírito Santo (“Ufes”)	129
1.5. Breve conclusão	132
2. Análise de decisões de cortes brasileiras e de iniciativas legislativas	137
2.1. Poder Judiciário	139
2.1.1. O cancelamento do registro de funcionamento de empresas tabagistas inadimplentes	140

2.1.1.1. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.952	142
2.1.1.2. RE nº 550.769/RJ e AC 1.657-MC/RJ: o caso envolven- do a American Virginia	148
2.1.1.3. Outros casos levados ao Judiciário	156
2.1.1.4. A livre concorrência ocupa papel central no debate da constitucionalidade da cassação dos registros especiais	160
2.1.2. A questão da negativa de renovação das inscrições esta- duais de empresas inadimplentes	162
2.1.2.1. O caso da refinaria Manguinhos perante o Fisco paulis- ta	163
2.1.2.2. Outros casos levados ao Judiciário relacionados à ne- gativa de renovação da inscrição estadual de empresas atuantes no setor de combustíveis	168
2.1.2.3. Outros casos levados ao Judiciário relacionados à ne- gativa de renovação da inscrição estadual de fabricantes de re- frigerantes	175
2.1.3. O uso de medidas judiciais para obtenção de vantagem concorrencial	178
2.1.3.1. Questão de ordem no Mandado de Segurança nº 24.159-4/DF	179
2.2. Poder Legislativo	181
2.2.1. A regulamentação do artigo 146-A da Constituição Fede- ral	182

2.2.1.1. PLS nº 284/2017	184
2.2.1.2. PLS nº 161/2013	191
2.2.2. A definição dos “devedores contumazes” por leis estaduais	196
2.2.2.1. Lei nº 19.665/2017, de Goiás	197
2.2.2.2. Decreto nº 3.864/2016, do Paraná	198
2.2.2.3. Lei nº 13.199/2014, da Bahia	200
2.2.2.4. Decreto nº 48.494/2011, do Rio Grande do Sul, e a ADI nº 4.854	200
3. Decisões Internacionais	204
3.1. União Europeia: o regramento dos auxílios estatais	207
3.1.1. As condições para a caracterização de uma medida como auxílio estatal	211
3.1.2. Precedentes recentes na matéria	219
3.1.2.1. O caso da Apple na Irlanda	220
3.1.2.2. Outras condenações	225
4. Proposta de filtro para análise de infrações diretamente relacionadas a práticas tributárias	229
4.1. Práticas tributárias podem estar na origem de distúrbios à concorrência	229
4.2. O Cade tem competência para analisar distúrbios concor-	

renciais oriundos de práticas tributárias	234
4.3. Proposta de filtro para análise de infrações à ordem econômica diretamente relacionadas a práticas tributárias	239
4.3.1. Reiteração da prática evasiva	240
4.3.2. Mercado de alta tributação e baixa margem de lucro	245
4.3.3. Aumento significativo da participação no mercado relevante analisado	246
4.3.4. Correlação entre a maior participação de mercado e a conduta evasiva	247
4.3.5. Verificação de dano efetivo à concorrência	248
Referências Bibliográficas	253
Anexo 1. Método de Pesquisa	261